

# A ARTE DA PAZ\*

Álvaro de Vasconcelos

Conheci o embaixador José Calvet de Magalhães em 1982, quando terminava a sua carreira diplomática dirigindo a renegociação do Acordo das Lajes. Num país ainda marcado na sua política externa e de segurança pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista, um diplomata, de primeiro plano durante o antigo regime, actor e pensador, capaz de ser ao mesmo tempo europeísta convicto e um admirador tranquilo da democracia americana, era uma excepção e um enigma. Aliás, não têm sido nem um nem dois os políticos do novo regime que se espantam ao descobrirem a consistência das convicções europeístas do embaixador Calvet de Magalhães. Desde essa altura sempre me fascinaram as condições em que no Portugal de Salazar, do sonho colonial, tinha emergido na diplomacia portuguesa uma corrente notoriamente pró-europeia, euro-atlântica como gosta de se definir o embaixador Calvet, e a polémica travada com a corrente geopolítica atlantista e imperial, do «orgulhosamente sós». Polémica que, não se assumindo como tal, se prolongou até bem depois da nossa adesão às Comunidades Europeias.

Parte essencial da actividade diplomática e intelectual de Calvet de Magalhães foi a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo prático de aplicação do exercício da diplomacia pura. Só o regime democrático iria permitir desenvolver plenamente estas duas dimensões, uma como outra, que, no final da II Guerra Mundial, eram já os temas fortes das manobras de bastidores de um grupo de diplomatas em princípio de carreira, entre os quais Calvet de Magalhães.

## UM PATRIOTA PELA EUROPA

Tendo entrado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1941, em plena guerra, recusou o nacionalismo ideológico, fruto do ódio dos outros, o conceito de soberania absoluta, que então estava tanto na moda em Portugal e que, juntos, foram a causa da terrível tragédia europeia e mundial. Como escreveu anos mais tarde em «Portugal na Europa: o caminho certo», notável artigo em defesa do Tratado de Maastricht publicado na revista *Estratégia*, o nacionalismo ideológico, antieuropeu, «é uma atitude doutrinária

que considera os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais». Nas circunstâncias do debate europeu que, também em Portugal, se seguiu à queda do Muro de Berlim, Calvet de Magalhães critica os que se opõem aos avanços no sentido da união política e olham com desconfiança os acordos, «particularmente aqueles que criam associações entre estados e que possuem um carácter internacional». Ao nacionalismo, opõe o patriotismo, que tira benefício para o seu país da interdependência, do livre comércio e da participação na comunidade internacional. Patriotismo que assenta num amor tranquilo pela sua Pátria, o amor natural dos seus, que não se alimenta da desconfiança nem de ódios e rancores pelas outras nações. Bem pelo contrário, é enorme a sua admiração por todas as nações em que viveu e trabalhou, sejam os Estados Unidos, a França ou a Itália.

Não é, pois, de estranhar que desde muito novo tenha sido um entusiasta da integração europeia e tenha sido, com o embaixador Ruy Guerra, um dos promotores de uma política de aproximação à Europa. O aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia nas Necessidades, durante o antigo regime, é talvez um dos aspectos mais interessantes da história diplomática portuguesa do pós-guerra. Foi uma aventura tranquila, quase sempre a contracorrente, mas bem sucedida naquilo que era possível, ou seja, a participação de Portugal nos organismos europeus de cooperação económica, o que permite afirmar que o processo de integração europeia de Portugal não começou com a adesão à Comunidade, em 1986. Foi um processo gradual que principiou sensivelmente com a participação na Organização Europeia de Cooperação Económica, precursora da OCDE, e cujo objectivo era aplicar o plano Marshall, de que Portugal veio a beneficiar com algum atraso, prosseguiu com a adesão à EFTA (e indirectamente e por arrastamento ao GATT) e se consolidou com o acordo de associação com a CEE, de Julho de 1972.

A adesão, em 1986, às Comunidades Europeias, um projecto de inclusão democrática, representou, indiscutivelmente, um salto qualitativo em relação ao lento processo de integração económica de Portugal no espaço europeu iniciado no pós-guerra, só possível devido à ruptura com a ditadura que foi o 25 de Abril e à consolidação da democracia nos anos que se seguiram. Ao Portugal de Salazar estava vedado, mesmo que esse tivesse sido o seu desejo, um destino plenamente europeu. Aos que do interior do antigo regime fizeram avançar a integração económica, juntavam-se e sobrepunham-se, agora, vindos da oposição interna ou do exílio, em muitos casos em países das Comunidades Europeias, os que defendiam o ideal europeu numa perspectiva eminentemente política. Alguns dos europeístas da primeira hora têm tido enormes dificuldades em acompanhar o processo de construção da união política europeia e passaram a ver em cada passo da União uma vulnerabilidade para a soberania portuguesa. Calvet de Magalhães, bem pelo contrário, entusiasmou-se com cada etapa, alargando e aprofundando a sua reflexão europeia, agora em condições muito mais favoráveis à concretização dos seus desígnios de defensor de um verdadeiro federalismo.

A desconfiança do antigo regime em relação ao processo de integração europeia só era comparável à que nutria pelos Estados Unidos, que desmentiam com a sua enorme estabilidade política e crescente progresso económico as teses de Salazar sobre o fracasso das democracias à luz das dificuldades que atravessaram na Alemanha e na Itália do pós-I Guerra Mundial. Também segundo Calvet de Magalhães, era a tradição anticolonial americana a razão essencial do antiamericanismo da direita tradicional em Portugal. A par da integração europeia, promover relações sólidas com os Estados Unidos foi o outro traço marcante da acção diplomática de Calvet de Magalhães. Antes de 1974, as relações com as democracias, europeias e americana, eram as duas componentes essenciais de uma política internacionalista portuguesa. Para Calvet de Magalhães, não existe naturalmente contradição entre a opção europeia de Portugal e as relações com os Estados Unidos, que no seu entender mutuamente se reforçam, o que o leva a preconizar uma política euro-atlântica que defende em diversos textos publicados na revista *Estratégia*. A esse tema regressou no texto que publicou na obra *José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo*, reafirmando a sua perspectiva, agora em novas e mais difíceis circunstâncias. O seu internacionalismo e a sua crítica do nacionalismo são aliás componentes essenciais da sua eficácia como negociador, amplamente comprovada nas negociações várias que dirigiu com os Estados Unidos, com o objectivo de vencer o enorme défice político e económico que as caracteriza, primeiro por desconfiança dos governantes do antigo regime, depois por incapacidade do novo em tirar partido da locomotiva da economia mundial que foram no século passado os Estados Unidos. Trata-se, hoje ainda, de resolver a dilemática contradição entre a afirmação de atlantismo por parte das elites portuguesas e a redução quase absoluta dessas relações à cedência da base das Lajes. *Portugal: Um Paradoxo Atlântico* é, aliás, o título de um dos livros do IEEI de que Calvet de Magalhães é co-autor.


### **DIPLOMACIA, A ARTE DA PAZ**

Para Calvet de Magalhães a diplomacia, como conceito rigoroso, é a arte da paz, que se exerce pela procura do compromisso, pela valorização da tolerância e a força persuasiva dos estímulos, pela procura de regras e de referências comuns. O seu instrumento de eleição é a negociação, contrária da imposição. É a sua concepção kantiana da diplomacia pura, que não se ocupa da guerra e nem mesmo das sanções económicas, pois esses seriam instrumentos violentos da política externa, em contraste com o instrumento pacífico que é a diplomacia. Quando a guerra rebenta é porque a diplomacia fracassou e desta se devem ocupar não os diplomatas mas os políticos, a quem compete a definição e condução da política externa e o manejo dos instrumentos da coacção.

PARA CALVET DE MAGALHÃES A DIPLOMACIA  
É A ARTE DA PAZ, QUE SE EXERCE PELA PROCURA  
DO COMPROMISSO, PELA VALORIZAÇÃO  
DA TOLERÂNCIA E A FORÇA PERSUASIVA  
DOS ESTÍMULOS, PELA PROCURA DE REGRAS  
E DE REFERÊNCIAS COMUNS.

O seu apego à paz como valor e à diplomacia como seu instrumento, a sua convicção profunda de que a função essencial do diplomata é a de «fazedor da paz», constitui um traço forte do seu humanismo, que faz de Calvet de Magalhães um herdeiro do «pensamento liberal e humanitário», como ele próprio o define, de Andrade Corvo, ministro dos Negócios Estrangeiros de 1871 a 1879, de quem falava sempre com enorme entusiasmo. É clara a sua filiação no pensamento liberal da geração de 70, de Eça e de Antero de Quental, a quem, aliás, dedicou duas biografias, a par do seu Garrett, um ardente combatente do liberalismo.

O embaixador Calvet de Magalhães era um intelectual, com alma de historiador. Funcionário diplomático de enorme talento, conteve, durante o seu período activo como servidor do Estado, o seu desejo de publicar para não ficar sujeito aos constrangimentos da função. Como ele próprio me afirmou, só publicava o que não precisasse de autorização prévia, e por vezes com pseudónimo. Quando abandonou a carreira diplomática, assumiu, em 1985, a Presidência do IEEI e iniciou uma actividade transbordante como ensaísta, biógrafo, articulista e professor. A sua colaboração intelectual com o IEEI, expressa em dezenas de textos publicados em livros, na *Estratégia* e em *O Mundo em Português*, e em tantas outras intervenções em conferências, constitui parte importante do património que dá testemunho visível de uma reflexão original e única sobre a política internacional.

A relação de José Calvet de Magalhães com o IEEI – quase vinte anos de conversa ininterrupta sobre a diplomacia, a política externa portuguesa, a Europa e o mundo, a par do conselho sábio e oportuno e do apoio sempre certo e seguro – é para todos nós motivo de grande e justificado orgulho, e agora de imensa saudade. Durante esses anos tivemos o privilégio de o ouvir discorrer sobre a sua vida diplomática, contar com enorme precisão de detalhes episódios marcantes do século XX português e europeu, tirando partido da sua memória poderosa e da sua paixão socrática pela conversa. Foi um pouco disso e das memórias que nunca escreveu que procurei dar testemunho em livro, mas ainda ficou muito por contar... 

## NOTAS

\* Adaptação do autor da introdução ao livro *Conversas com José Calvet de Magalhães – Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Bizâncio, 2005.